



RELATÓRIO AUDIÊNCIA PÚBLICA 26/10/2023

OBJETO: DECRETO DAS ARMAS E O IMPACTO SOBRE OS CLUBES DE TIRO, CAÇADORES, ATIRADORES E COLECIONADORES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ.

A audiência pública para debater o decreto das armas e o impacto sobre os clubes de tiro, caçadores, atiradores e colecionadores do Município de Itajaí, foi realizada na noite de 26 de outubro de 2023, no Plenário Arno Cugner, na Câmara de Vereadores de Itajaí, que recebeu agentes políticos, representantes de classes e de entidades, empresários, além da população em geral.

Compuseram a mesa de debates os parlamentares Victor Ribeiro do Nascimento e Roberto Rivelino da Cunha, além do Secretário Municipal de Segurança Pública Sr. Marcelo Luiz Szykaruk Junior; Dr. Beretta, advogado criminalista, especialista em direito penal e processo penal, especialista em porte de arma no Brasil com centenas de processos deferidos; Sr. Kallil Pessoa, empresário, gerente da Federação Catarinense de Tiro Prático, atleta de IPSC e CAC; Dr. Matheus Recalcati, advogado, atleta de IDSC e membro da Confederação de IDSC; Sr. Giuliano Sander Zanella, despachante de armas, atleta de IPSC e campeão brasileiro de rifle ação manual na categoria *open*.

A audiência pública teve como objetivo promover amplo debate de forma igualitária, acerca da nova regulamentação que suspendeu ou restringiu uma série de ações relacionadas ao armamento, que impactaram diretamente os clubes de tiro, caçadores e colecionadores.

Por meio do Decreto Federal nº 11.615/23, foram alteradas as normas relativas à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à



comercialização de armas de fogo e munições em território nacional, gerando instabilidade e insegurança.

Inclusive, o decreto federal estabelece a distância mínima de um quilômetro dos Clubes de Tiro em relação aos estabelecimentos de ensino público ou privado, além de definir horário de funcionamento entre 06 horas e 22 horas.

As falas iniciaram com o presidente da audiência, vereador Victor Nascimento, que cumprimentou a todos os presentes e a mesa, contextualizando os motivos que ensejaram a propositura, bem como ressaltou a importância do debate.

Na sequência, o Dr Beretta citou a importância de iniciativas como esta e apontou que nos últimos 4 (quatro) anos em Santa Catarina, a atividade de tiro esportivo teve um aumento na arrecadação de 437%, foram R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) arrecadados com arma de fogo, com muitas empresas se instalando no Estado. Comentou ainda que o atual Decreto fere várias competências e viola leis federais.

O Sr. Kallil Pessoa pontuou que além da liberdade, a questão financeira é muito impactada com os efeitos do Decreto Federal nº 11.615/23, já que Santa Catarina é considerada a nova rota turística que fomenta a tradição do tiro.

O Secretário Municipal de Segurança Pública, Sr. Marcelo informou que Santa Catarina teve um crescimento de 117,8% no registro de CAC's (coleccionadores, atiradores desportivos e caçadores) entre os anos de 2017 e 2023, segundo os dados do Sinarm (Sistema Nacional de Armas), sendo considerado o Estado com o maior crescimento nesta área. Apontou ainda que, o aumento da compra de armas de fogo pelos CAC's consequentemente diminuiu os índices de criminalidade.

Continuando as falas, o Sr. Giuliano Sander Zanella expôs que houve uma redução de 90% no faturamento das empresas do segmento a partir



da vigência do Decreto, uma vez que as restrições e suspensões do serviço geraram grande insegurança entre os usuários dos clubes de tiro.

O vereador Roberto Rivelino da Cunha destacou que compete ao Governo Municipal legislar sobre o parcelamento e ocupação do solo urbano, já que o Decreto estabeleceu distanciamento mínimo entre os clubes de tiro e estabelecimentos públicos/privados de ensino, declarou ainda, que vai continuar na defesa das empresas e clubes de tiro prejudicadas pela nova regulamentação federal.

Encerrando o uso da palavra pelos membros da mesa, o Dr. Matheus Recalcati citou que o Decreto criou barreiras para o crescimento do esporte, profissionalização dos atletas e desenvolvimento do mercado. Destacou ainda, que a população sofre com a insegurança jurídica que a legislação trouxe, pois definiu regras impossíveis de serem cumpridas, inviabilizando o esporte. Ressaltou também, que é um setor de grande expressividade, pois movimenta 5% do PIB brasileiro e mantém 2 milhões de empregos diretos e indiretos, além de ser o esporte que trouxe a primeira medalha de ouro olímpica para o país.

Após as falas, a presidência concedeu a palavra ao público que acompanhava a audiência para os devidos questionamentos.

O primeiro questionamento foi em relação a invasão de javalis desde a proibição na emissão da licença pelos fazendeiros para que caçadores possam fazer o manejo dos animais dentro da propriedade, o que vem causando prejuízos para agricultores e ameaça também a pecuária e suinocultura em Santa Catarina.

O prazo para cadastramento dos CAC's também foi questionado e o Dr. Matheus Recalcati citou que 99,65% das armas foram cadastradas, porém a legislação que exigia este procedimento foi revogada, dispensando a obrigatoriedade e a penalidade até então prevista.



Na sequência, houve o questionamento se ainda vale a pena se tornar um CAC e se o acesso as armas aumentou a criminalidade. Como resposta, Dr Beretta respondeu que não houve aumento, e que quase a totalidade das armas foram recadastradas pelo seus portadores (99,65%), o que derruba a narrativa de que seriam os CAC's que estariam fornecendo armas para o crime organizado. Para corroborar esta questão, ressaltou que o Estado de SC é um dos mais armados do Brasil, e é um dos mais seguros, com os menores índices de homicídios por 100m/Habitantes.

Outro ponto questionado foi em relação as principais dificuldades que o novo Decreto criou aos CAC's, e como resposta foi citado que o decreto criou um sistema de níveis, que definem a quantidade de insumo e material de recarga que pode ser comprado, quantidade de armas de determinado calibre, além de exigir número de habitualidades e participação em competições, fatores que inviabilizam a prática esportiva. Outra mudança importante que foi levantada diz respeito a proibição do porte de trânsito.

A questão do distanciamento dos clubes de tiro em relação aos estabelecimentos de ensino também foi suscitada.

No que tange aos principais impactos gerados ao funcionamento dos Clubes de Tiro, foi dito que a suspensão na emissão dos CR's (Certificado de Registro) gerou grande prejuízo econômico.

Encerrando os questionamentos do público presente, a dúvida foi em torno da liberação dos CR's solicitados e que aguardam deliberação. Com a palavra o Dr Beretta explanou que será necessário o Exército fazer a regulamentação do modo de emissão dos CRAF's.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao final da audiência, os membros da mesa de debates fizeram suas considerações finais sobre o tema e os assuntos abordados na noite. Destacou-se a importância do cumprimento da lei por todos os atletas e usuários dos clubes de tiro, bem como das forças de segurança pública ao se depararem com casos de CAC's portando armas de fogo em desacordo com a legislação.

Por fim, o presidente agradeceu a presença das autoridades convidadas, funcionários da Casa, do representante do Executivo Municipal, da imprensa e do público que prestigiou a audiência, especialmente os componentes da mesa, pela excelente condução e discussão, além dos conhecimentos repassados durante as manifestações do público, encerrando os trabalhos da Audiência Pública.

CONCLUSÃO DOS TRABALHOS:

O objeto da presente audiência era discutir sobre o decreto das armas e o impacto sobre os clubes de tiro, caçadores, atiradores e colecionadores do Município de Itajaí, ampliando o debate e o conhecimento sobre a matéria, criando um espaço para ouvir os principais interessados e representantes de diferentes entidades.

Autoridades e membros da comunidade estiveram presentes oportunizando indagações, sugestões e apresentando soluções para o tema debatido. Inclusive, os resultados do debate serão utilizados para fundamentar e justificar o Projeto de Lei Ordinária nº 163/2023, em tramitação nesta Casa, de autoria dos vereadores Victor Nascimento e Roberto Rivelino da Cunha, que dispõe sobre a autonomia das entidades e empresas destinadas à prática e treinamento de tiro desportivo



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
GABINETE VEREADOR VICTOR NASCIMENTO



desenvolvidas no Município de Itajaí no que se refere ao distanciamento de outras atividades.

O projeto em questão visa dar autonomia e segurança jurídica às entidades de tiro desportivo, devidamente autorizadas, instaladas ou que venham a se instalar no âmbito do Município, trazendo investimentos, emprego e renda a nossa cidade.

Itajaí/SC, 8 de novembro de 2023.

Victor Ribeiro do Nascimento

Vereador - PL